

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA CRY S FRACALOS SI

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROPOSTA NAS SALAS
VERDES NO ESTADO DO PARANÁ**

DOIS VIZINHOS

2022

FERNANDA CRY S FRACALLOSSI

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROPOSTA NAS SALAS
VERDES DO ESTADO DO PARANÁ**

A look at the Environmental Education proposed in the Green Rooms of the State of
Paraná

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao curso de Ciências Biológicas –
Licenciatura, da Universidade Tecnológica Federal do
Paraná – UTFPR, Campus Dois Vizinhos, como
requisito para obtenção do título de Licenciado em
Ciências Biológicas. Orientadora: Prof. Dra. Anelize
Queiroz Amaral.

DOIS VIZINHOS

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Esta licença permite download e compartilhamento do trabalho desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-lo ou utilizá-lo para fins comerciais. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

FERNANDA CRY S FRACALLOSSI

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROPOSTA NAS SALAS
VERDES DO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao curso de Ciências Biológicas – Licenciatura, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Dois Vizinhos, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Data de aprovação: 16/fevereiro/2022

Anelize Queiroz Amaral
Doutora
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Daniela Aparecida Estevan
Doutora
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Daniela Macedo de Lima
Doutora
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

DOIS VIZINHOS

2022

Dedico este trabalho a minha mãe e a minha nona,
exemplo de dedicação e bondade!

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a minha nona Florentina Santinon Fracalossi e a minha mãe Ana Fracalossi, que foram o meu maior incentivo e motivação para conseguir finalizar esta etapa tão importante.

À minha orientadora Dra. Anelize Queiroz Amaral por ter aceitado este desafio comigo, me auxiliando de forma muito paciente.

A Thais Gomes Amaral por ter me auxiliado, por ter me dado sugestões de como poderia melhorar meu trabalho.

As Professoras Dra. Daniela Aparecida Estevan e a Dra. Daniela Macedo de Lima que contribuíram para um melhor aprendizado.

Aos meus familiares por ter me incentivado, a seguir em frente, não desistir, me dando força para continuar.

A Deus por estar aqui, conseguir vencer o COVID 19 sem nenhuma sequela e poder terminar meu trabalho.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná pela oportunidade de fazer o curso.

Ao projeto Sala Verde da Instituição que me proporcionou aprendizado sobre a temática do meu trabalho.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

RESUMO

O Projeto Salas Verdes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado no ano de 2002 como uma ação que visa atender à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Esse Projeto tem por objetivo de implementar Centros de Informação e Formação Ambiental. O objetivo do presente estudo apresenta uma análise do Projeto Sala Verde e sua implementação no estado do Paraná como uma ação voltada para atender à PNEA, a partir da análise de cinco Salas Verdes presentes em Universidades. Para tanto, inicialmente, elaborou-se um mapeamento da distribuição geográfica e da abrangência das Salas Verdes no estado do Paraná, considerando as diferentes instituições gestoras das mesmas. Em seguida realizamos a análise dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) e/ou Projetos de registro de cinco Salas em suas respectivas Universidades¹, buscando identificar as macrotendências político-pedagógicas de Educação Ambiental: conservacionista, pragmática e a crítica, abordadas por Layrargues e Lima (2014) presentes em cada um dos projetos e as ações propostas. Os resultados obtidos após a realização da pesquisa permitiram identificar o número de Salas Verdes existentes no estado do Paraná, quarenta e uma Salas Verdes no Estado do Paraná não são todas as macrorregiões paranaenses que apresentam, a macrorregião que mais concentram é a macrorregião Oeste. As principais ações realizadas pelas Salas Verdes são palestras, cursos referentes ao tema. Quanto à distribuição geográfica identificou uma baixa presença de Salas Verdes em universidades, isto demonstra a necessidade de maior divulgação do projeto. Em relação às macrotendências político-pedagógico da Educação Ambiental, por meio da pesquisa foi possível identificar através dos excertos que mencionavam o termo Educação Ambiental e de imagens de atividades realizadas nas Salas Verdes de cada instituição postadas em redes sociais ou presente no PPPs, que a macrotendência que predomina é a Crítica, mas também se encontram a perspectiva conservacionista e a pragmática. O projeto Sala Verde propaga ações e conhecimento sobre a Educação Ambiental na perspectiva crítica, emancipatória e transformadora.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Projeto Político Pedagógico, Processo Educativo.

¹ Algumas Instituições de Ensino Superior quando participaram do edital para se tornar uma Sala Verde já não era mais uma exigência a construção do PPP, por esse motivo solicitamos o projeto pelo qual a Sala Verde encontra-se cadastrada na Instituição.

ABSTRACT

The Green Rooms Project of the Ministry of Environment (MMA) was created in 2002 as an action to meet the National Policy for Environmental Education (PNEA). This project aims to implement Environmental Information and Training Centers. The objective of this study is to present an analysis of the Green Room Project and its implementation in the state of Paraná as an action to meet the PNEA, from the analysis of five Green Rooms present in Universities. Initially, we mapped the geographical distribution and the coverage of the Green Rooms in the state of Paraná, considering the different institutions that manage them. Then we performed the analysis of the Political Pedagogical Projects (PPPs) and/or Projects of registration of five Green Rooms in their respective universities, seeking to identify the political-pedagogical macro-trends of Environmental Education: conservationist, pragmatic and critical, addressed by Layrargues and Lima (2014) present in each of the projects and the proposed actions. The results obtained after the research allowed the identification of the number of existing Green Rooms in the state of Paraná, forty-one Green Rooms in the State of Paraná, not all macroregions of Paraná have them, the macroregion that concentrates the most is the Western macroregion. The main actions carried out by the Green Rooms are lectures and courses related to the theme. As for the geographical distribution, a low presence of Green Rooms in universities was identified, which shows the need for more dissemination of the project. Regarding the political-pedagogical macro-tendencies of Environmental Education, through the research it was possible to identify through the excerpts that mentioned the term Environmental Education and images of activities performed in the Green Rooms of each institution posted on social networks or present in the PPPs, that the macro-tendency that predominates is the Critical, but we also find the conservationist perspective and the pragmatic. The Green Room project propagates actions and knowledge about Environmental Education from a critical, emancipatory and transformative perspective.

Key-words: Public Policies, Political Pedagogic Project, Educational Process.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	13
2. OBJETIVO.....	17
2.1 Objetivo geral.....	17
2.2. Objetivos específicos.....	17
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	18
3.1. Educação Ambiental.....	18
3.2. Macrotendência de Educação Ambiental.....	25
3.3. Sala Verde.....	28
5.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
6.RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
7. CONCLUSÃO.....	53
8. REFERÊNCIA.....	54

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, os problemas ocasionados ao ambiente provocaram um entendimento em parte da sociedade de uma crise ambiental, tal crise se manifestou por meio da ruptura na relação entre sociedade e a natureza provocando desigualdades nas distribuições custos e de benefícios, perda da biodiversidade, pela poluição da água, solo, do ar, entre outros.

Nas décadas de 1960 e 1970 as diversas degradações ambientais começaram a fazer parte das manifestações dos movimentos ambientalistas, e esse período foi marcado pela ditadura militar no Brasil, e teve diversos discursos sobre o tema em vários países. Segundo a autora Magacho (2017, p.57) nessa época surgiram vários movimentos ambientalistas que foram desencadeados pelos conflitos socioambientais, que visavam a construção de novas formas de relação com a natureza. Os movimentos ambientalistas obtiveram uma ressonância nacional e internacional na época. Após este período, Carvalho (2000) menciona que é possível perceber a questão ambiental sendo debatida nos mais variados setores da sociedade.

No contexto atual da vida do planeta, com a vasta degradação ambiental e do avanço da desigualdade social, pode-se afirmar que estamos imersos em uma crise socioambiental e as evidências da mesma têm sido analisadas e identificadas ao longo do último século, demonstram que, se continuar do jeito que está pode acontecer um colapso ambiental (LEFF, 2001). A busca incessante pelo lucro demonstra os efeitos negativos na natureza, que não irá se sustentar por muito tempo se os mecanismos de sustentação e da ganância exploratória dos seres humanos continuarem no mesmo rumo.

Segundo Lima (2009) a degradação dos bens naturais surgiu a partir da expansão da economia e de sua globalização, esse processo econômico tem como base fundamentos voltados ao lucro, exploração da natureza e o acúmulo de capital, são incompatíveis com a ideia de sustentabilidade, utilizam deste conceito como sendo uma base para a criação e para a promoção de mudanças no enfrentamento da crise ambiental.

Por meio desta crise ambiental é que surgiram movimentos sociais voltados as temáticas ambientais. Os debates que eram travados em variados eventos e nas

conferências ao redor do mundo revelou que a preocupação com a problemática socioambiental era urgente, e foi trazida as discussões para a sociedade-civil o que influenciou diretamente no desenvolvimento da Educação Ambiental.

Atualmente a Educação Ambiental não conseguiu efetivamente a sua implantação nos ambientes escolares, isso se deve ao fato de: coexistências em diversas concepções referentes à Educação Ambiental, a formação deficiente de alguns professores para trabalhar tal assunto em sala de aula, além da dificuldade de selecionar os materiais adequados para despertar o gosto sobre este tema com os alunos (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018; TONSO; WUTZKI, 2017; SORRENTINO, 2006).

Reigota (2017) menciona que entre os anos de 1960 a 1980 havia uma vinculação dos problemas ocasionados ao meio ambiente com a quantidade de pessoas existentes no mundo, além disso, apresentou-se outro argumento que foi muito utilizado no início das discussões da Educação Ambiental, a qual, somente tinha relação com a conservação das espécies, tendo proximidade com a ecologia. Atualmente com as discussões sobre o termo pode se afirmar que ela não se trata principalmente da conservação do meio e das espécies da fauna e flora, mas deve ser definida como uma educação política que busca mais equidade na sociedade, a ética e a justiça.

Na década de 1990 os debates que envolviam a Educação Ambiental estão pautados na ideia salvacionista. Não se pode apoiar-se na concepção de solução mágica da Educação Ambiental e da educação, pois o processo educativo é contínuo, é preciso considerar o contexto amplo e habilitar que todos os envolvidos se posicionem de maneira crítica sobre a realidade que está vivida (LIMA, 1999; MEYER, 1991).

O campo da Educação Ambiental não é homogêneo e não tem apenas uma concepção, como se trata de um campo educacional pode apresentar diversas visões. Dessa forma podendo se apresentar mais emancipatória, conservadora e opressora, sendo que de modo de se apresentarem vai depender do contexto, e ou dos interesses (LAYRARGUES; LIMA, 2014; BERTOLUCCI et al,2005). Dentre as variadas propostas de classificação de Sorrentino (1997) apresenta uma classificação da Educação Ambiental contendo quatro correntes, que são: a) conservacionista; b) educação ao ar livre;c) gestão ambiental e d) economia ecológica.

Outro exemplo de classificação da Educação Ambiental foi apresentado pelos autores Layrargues e Lima (2014), e esta recebeu o nome de “macrotendências político pedagógicas”, existindo três macrotendências que foram apresentadas: a) Conservacionista; b) Pragmática; c) Crítica.

As macrotendências não são excludentes entre si, são encontradas juntas nas propostas e práticas da Educação Ambiental. O autor Carvalho (2006) mostra a ideia de que o processo educativo acerca da temática ambiental, pode ser um dos caminhos para enfrentarmos a crise socioambiental, ele chama a atenção para não ignorarmos os limites, pois não existe solução mágica.

No ano de 2002 foi criado o Projeto Sala Verde que é coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente tem como objetivo de implementar espaços que delimitam e que desenvolvem atividades que sejam de caráter educacional voltadas as temáticas ambientais, podem acontecer em instituições públicas e privadas, atuando como centros de Informação e Formação Ambiental(BRASIL,2021).

São em espaços não formais que encontramos o Projeto Sala Verde que é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente que disponibiliza e democratiza a Educação Ambiental, nestes espaços criam oportunidades para o desenvolvimento de uma visão integrada ao ambiente e seus variados aspectos (FONTAN; CARVALHO; GUIMARÃES, 2016)

O projeto político pedagógico é um forte aliado ao Projeto Sala Verde no ensino e na prática da Educação Ambiental, pois permitem que diversos pontos sejam listados de maneira clara e efetiva na educação, estes documentos expressam o compromisso dos educadores que estão envolvidos no processo seletivo (MIOTTO; GONÇALVES; DINARDI, 2018).

Almeida (2018) menciona que cada Sala Verde tem que desempenhar o papel de integrar diversos setores e segmentos da sociedade na questão ambiental, e nesse sentido que elaborar os projetos políticos pedagógicos para alinhar as ações, práticas que são desenvolvidas em Educação Ambiental em rumo a sustentabilidade.

Sendo assim, essa pesquisa teve por intencionalidade compreender como tais espaços estão sendo desenvolvidos no estado do Paraná. Para tanto, foram utilizadas as seguintes perguntas: **a)** Quantas Salas Verdes existem no Brasil? **b)** Quantas Salas Verdes encontram-se no estado do Paraná? **c)** Quais são esses espaços, ou seja,

escolas, universidades, prefeituras, ONGs, empresas? **d)** Quais dessas Salas do estado do Paraná possuem o seu Projeto Político Pedagógico com acesso público? Por fim, analisou-se de que Educação Ambiental esses espaços estão falando e fazendo?.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Analisar e avaliar os Projetos Salas Verdes, do Ministério do Meio Ambiente como um projeto que implanta Centros de informações e formação ambiental, busca dar efetividade aos princípios e objetivos preconizados pelo Programa Nacional de Educação Ambiental.

2.2 Objetivos específicos

- Levantar informações sobre o número de Salas Verdes no Brasil;
- Levantar informações sobre o número de Salas Verdes no estado do Paraná;
- Levantar dados de quantas Universidades possui o Projeto Sala Verde;
- Levantar um rol de ações e propostas em relação ao tipo de Educação Ambiental: Conservacionista, Pragmática e Crítica.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A crise socioambiental global que já é anunciada há tempos na história contemporânea, manifesta o surgimento de reflexões acerca da relação sociedade e natureza, estas reflexões dá-se principalmente por conta do sistema econômico capitalista vigente, buscando alternativas nas relações desiguais e injustas entre os seres humanos e o meio natural. (LOPES, 2021)

Com a crescente urbanização observa-se um esgotamento nas áreas férteis e florestas preservadas e nos limites de utilização e renovação dos bens naturais, a possibilidade de ter uma vida social digna, tendo o acesso à alimentação, saúde, educação, entre outros direitos, foi fortemente afetada, acontece principalmente em países considerados em desenvolvimento e também para a parcela da população que mais necessita e que não possui muitos acessos nos serviços essenciais. Isso manifesta a urgência da criação de soluções para que se acabe com a exclusão de pessoas, tendo assim a Educação Ambiental a importância de trabalhar com os processos educativos que vai gerar o desenvolvimento de uma compreensão global da questão ambiental, que abrange os aspectos humanos sociais, políticos e culturais (FRACALANZA, 2008).

Historicamente, se tem registros que o termo Educação Ambiental foi utilizado no ano de 1948 num Encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris (BRASIL, 2017; MORALES, 2008). A primeira vez que a expressão Educação Ambiental foi mencionada, em um texto publicado, foi em um artigo no ano de 1965, por uma ocasião do Encontro The Keele Conference on Education and the Country Side, na Grã-Bretanha. Somente uma década depois a Educação Ambiental foi reconhecida efetivamente, como um campo que pertence a Educação e tratada, especificamente no Encontro de Belgrado em 1975 (AMARAL, 2018).

As discussões que envolviam o Termo Educação Ambiental ganharam espaço somente no ano de 1975, em resposta as recomendações da Conferência de Estocolmo, a Unesco promoveu em Belgrado um Seminário Internacional de Educação Ambiental, foi então que surgiu o PIEA (Programa Internacional da Educação Ambiental), esse seminário foi o primeiro evento internacional que foi

relacionado a Educação Ambiental, ao final deste evento publicou-se a Carta de Belgrado, que foi assinada por 65 países, que tinha a seguinte proposta (AMARAL, 2018).

Uma ética que promova atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades, que sejam consonantes com o lugar da humanidade dentro da biosfera, que reconheça e responda com sensibilidade às complexas e dinâmicas relações entre a humanidade e a natureza, e entre os povos (CARTA DE BELGRADO, s/p, 1975).

No ano de 1977 aconteceu em Tbilisi na Geórgia a Primeira Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental. Bem no início da década 1980 a ONU (Organização das Nações Unidas) retomou o debate que envolvia diversas questões ambientais que foram apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu no ano de 1972. Temos que lembrar que esse período coincide com a fase de abertura da política e o fim da ditadura militar no Brasil, pois no período de ditadura, as pessoas não podiam se manifestar, nem dar suas opiniões e foi com essa Conferência que se discutiram os problemas ambientais. (AMARAL, 2018)

Com a retomada das discussões envolvendo as questões socioambientais em pautas internacionais, a ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland passa a chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Humano e recomenda a construção de uma comissão para elaboração do Relatório de Brundtland. Essa comissão foi criada no ano de 1983, após onze anos da Conferência de Estocolmo, que teve como objetivo promover audiências no mundo inteiro e de produzir um resultado formal do que tinha sido discutido. O relatório final dos estudos, que foram realizados, foi apresentado no ano de 1987, no denominado Relatório Brundtland, qual é mencionado pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável (AMARAL, 2018).

Camargo (2016, p.44) defini desenvolvimento sustentável como:

Um termo político ideológico, baseado em alguns preceitos do conceito original de sustentabilidade, ou seja, uma derivação do conceito com intuito de estabelecer uma meta, qual seja; alimentar o discurso desenvolvimentista da economia capitalista alicerçados na “sustentabilidade ambiental”, no sentido de, incentivar a preservação dos recursos naturais para preservar, na verdade, o capitalismo mercantilista e seus sistemas de produção, incentivando uma pseudomudança que, na verdade, não pretende mudar coisa alguma.

Segundo Camargo (2016), em sua pesquisa de mestrado, menciona que existe várias compreensão para caracterizar o termo desenvolvimento sustentável, seguindo a ideia da sistematização de alguns dados que ele analisou, a partir disso podemos perceber que;

[...] alguns estudos entendem os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável como sinônimos, enquanto outros indicam diferenças ideológicas entre eles e, ainda, alguns autores não consideram o desenvolvimento sustentável como um conceito propriamente dito. [...] Dos trabalhos analisados, a maior parte se mostrou crítica em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, atribuindo-o à “ideologia burguesa” do capitalismo. Contudo, a valorização desse conceito também foi identificada em alguns outros trabalhos analisados, alguns indicando, inclusive, a importância do conceito para o campo da Educação, no sentido de se substituir a “Educação Ambiental” por uma “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, o que para outros trabalhos, no entanto, parece ser inconcebível. Em um trabalho encontramos referência ao conceito de desenvolvimento sustentável não como um “conceito”, mas como uma “ideia força”, uma mobilização para alcançar a sustentabilidade (CAMARGO, 2016, p. 10).

Sendo assim, foi através de vários acontecimentos socioambientais, no início dos anos 1980, que começou a se impor a necessidade de implantar uma arena de debates ambientais, e as propostas eram relacionadas em processos educativos, buscando outros caminhos para que a população repensasse a sua relação entre sociedade e natureza (AMARAL, 2018).

A Educação Ambiental foi prevista primeiramente na Lei nº 6.983/81, lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, tendo como princípio do art. 2 que a educação ambiental seja destinada em todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior), também na educação da comunidade, visando capacitar a população para a sua participação ativa em defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

A Constituição Federal de 1988 seguiu as mesmas orientações da Lei nº 6.983/81, colocando como obrigatoriedade a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, e a sensibilização pública para a preservação do meio ambiente, pois tal sensibilização é um dos aspectos fundamentais que asseguram a efetividade, e pode garantir o direito de todos possuírem um ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988).

Foi a partir da lei nº 6938/81 e da Constituição Federal de 1988 que o espaço educacional começou a ganhar força, nas discussões e nos questionamentos referentes à questão ambiental (AMARAL, p. 266, 2018). Segundo Loureiro (2012) foi na década de 1990 que a Educação Ambiental passou a ter alguns avanços no campo, e nesse período foram defendidas as primeiras teses e dissertações sobre essa temática nas Universidades brasileiras. A primeira publicação da tese referente à Educação Ambiental, aconteceu no ano de 1989, com o título: A temática Ambiental e a Escola de 1º Grau, que foi elaborada pelo pesquisador Dr. Luiz Marcelo Carvalho (AMARAL, 2018).

Nesse período alguns autores/pesquisadores da Educação Ambiental passaram a reconhecer uma dimensão social em seus variados debates, abandonando o perfil que era predominantemente conservacionista e trazendo para as suas discussões o caráter crítico da atual relação sociedade-natureza (LAYRARGUES, LIMA, p. 29, 2014).

Carvalho (1989) menciona a necessidade de cuidarmos com as ações com características ufanistas relacionadas ao processo educativo, ou seja, entender as limitações de alguns processos educativos. Vejamos,

[...] um risco que me parece ocorrer, devido à ausência de uma reflexão sobre o significado do processo educativo, está relacionado com uma expectativa, em alguns casos exageradamente otimista, em relação às possibilidades que a educação oferece como motora de possíveis transformações sociais. [...] Os limites impostos pela dinâmica do "real" não são considerados. Quando, por exemplo, em alguns textos se coloca que a Educação Ambiental é um dos elementos mais vitais para um combate geral da crise do meio ambiente mundial e que ela deve promover um diálogo universal, colocando os princípios ecológicos acima das fronteiras ideológicas e políticas (CARVALHO, 1989, p.168 e 170).

Ainda na década de 1990 foram criadas as câmaras técnicas, que são: núcleos de educação ambiental, grupos de trabalhos, diretoria e houve a realização da 1ª Conferência Nacional da Educação Ambiental e uma oferta de cursos voltados a essa área.(AMARAL, 2018)

No ano de 1992 aconteceu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92), e foi nessa Conferência que ocorreu a publicação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Esse documento estabeleceu princípios que são fundamentais para a

educação, para a construção de sociedades sustentáveis, também, foi destacado a necessidade de uma formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário (BRASIL, 2007).

No ano de 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRoNEA) que prevê “três componentes que são: captação de gestores e de educadores, desenvolvimento de ações educativas e o desenvolvimento de instrumentos e metodologias” (BRASIL, 2014, p.17).

Na mesma década foram aprovados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que orientavam a inserção da Educação Ambiental no currículo como um tema transversal e não como uma disciplina específica (BERNARDES, PRIETO, 2010).

Somente em 1999 ocorreu a promulgação da lei nº 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental- PNEA, segundo esse documento:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental (...) (BRASIL, 1999, p.1).

A lei nº 9795/99 que é regulamentada pelo decreto 4.281/02 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e determinou a implementação da Educação Ambiental nas escolas em todos os níveis. Sendo assim, foi no ano de 2012 que aconteceu a inserção da Educação Ambiental como um conteúdo obrigatório na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (OLIVEIRA; ROYER, p. 62. 2019).

No ano de 2012 aconteceu no Brasil a Rio+20, neste evento foi discutida e lançada a Rede Planetária de Educação Ambiental. No mesmo ano, o Brasil aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA) que apresenta os seguintes objetivos:

I - Sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto

histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

II - Estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III - Orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

IV - Orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados (BRASIL, 2012, p. 2).

Este documento é considerado uma referência, pois reafirma o papel da EA, sua obrigatoriedade em todos os níveis e nas modalidades de ensino. O documento DCNEA evidencia que o termo ambiental não tem como função;

[...] especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental (BRASIL, 2012, p.1-2).

Os autores Frizzo e Carvalho (2018) esclareceram que a última versão da Educação Ambiental como sendo um conteúdo obrigatório não se manteve, pois no ano de 2016 com a Medida Provisória nº 746, retirou-se a Educação Ambiental dos conteúdos obrigatórios. Esse fato aconteceu devido a saída da presidente do Brasil, Dilma Roussef ocorreu a substituição do Programa “Mais Educação” pelo Programa “Novo Mais Educação”, em 2017. De acordo com os autores Frizzo e Carvalho (2018, p.119) o programa mais educação previa a “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável” como uma opção para a escolha das escolas do campo, já o novo programa teve como objetivo o letramento.

A restrição da Educação Ambiental nas políticas públicas se aprofundou com a aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, nesse plano não foi abordado o tema Educação Ambiental, foi verificado apenas uma menção unitária de citações “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade socioambiental” (FRIZZO; CARVALHO, 2018, p. 119).

No ano de 2015, iniciaram os estudos para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que envolve toda a Educação Básica, Esse documento foi criado com o intuito de estabelecer as aprendizagens essenciais para toda a Educação Básica. Após uma série de atividades que envolveram consultas públicas, estudos e discussões, a versão da BNCC para a Educação Infantil e para o Ensino

Fundamental só foi aprovada em dezembro de 2017, já a versão para o Ensino Médio foi aprovada em dezembro de 2018. Desde que a última versão foi apresentada para consulta pública até ter sua aprovação, gerou diversas discussões entre os profissionais da educação e a sociedade em geral (OLIVEIRA, ROYER, p. 63, 2019).

Santinel, Royer e Zanatta (2016, p. 106) investigaram quantitativamente a inserção do tema “Educação Ambiental” no texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e os estudos revelaram que a temática ambiental foi tratada de maneira reducionista no documento. Anos mais tarde, os autores Behrend, Cousin e Galiuzzi (2018, p. 81) realizaram um estudo na versão que foi aprovada da BNCC sobre qual seria o espaço da Educação Ambiental, tanto para a Educação Infantil como para o Ensino Fundamental, e esse estudo mostrou que houve um ocultamento da Educação Ambiental.

Atualmente para alguns autores a Educação Ambiental ainda não conseguiu efetividade na sua implantação nos ambientes escolares (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018; TONSO; WUTZKI, 2017; SANTINELO; ROYER; ZANATTA, 2016; BOTELHO, COUTO; MASI, 2014). Essa fragilidade de se implantar a Educação Ambiental está relacionada a diversos fatores: coexistências das diversas concepções referentes ao tema, a formação deficiente dos professores, a dificuldade de selecionar materiais que são adequados, além das transformações sociais (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018; TONSO; WUTZKI, 2017; SORRENTINO, 2006).

Nesse sentido, por se tratar de uma política pública a implantação de Salas Verdes em todo território brasileiro e nos diversos espaços de atuação, seja eles de cunho educacional, empresarial ou até mesmo ONGs se tornou foco dessa investigação (BRASIL, 2021).

3.2 MACROTEDENCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Observa-se que principalmente entre os anos de 1960 e 1980 havia uma vinculação dos problemas encontrados no meio ambiente com a quantidade de pessoas no mundo, a má distribuição dos bens naturais. Surgiram críticas sobre esta ideia, estas têm como base indispensável que precisamos assumir que o problema ambiental tem relação com a necessidade de uma distribuição justa destes bens

naturais. Além disso, teve outro argumento que era muito utilizado no início das discussões acerca da Educação Ambiental, de que teria uma relação apenas na conservação das espécies tendo uma proximidade com a ecologia, e era focado exclusivamente nos aspectos biológicos. Atualmente com os avanços nas discussões, pode se afirmar que a Educação Ambiental não se trata apenas da conservação do meio e das espécies da fauna e da flora, ela precisa ser definida como sendo uma educação política que busca a equidade na sociedade, autogestão, ética e a justiça (REIGOTA, 2017).

Na década de 1990 os debates envolventes da Educação Ambiental, estavam pautados em uma ideia salvacionista, como Meyer (1991) demonstra:

Há, também, uma tendência em instrumentalizar essa educação, ou seja, o processo de transformação do atual modelo de desenvolvimento capitalista para um desenvolvimento sustentável se daria pela mudança de mentalidade, via educação (MEYER, 1991 p. 1)

Não podemos nos apoiar na concepção salvacionista de uma solução mágica da Educação Ambiental e da educação, pois o processo educativo é contínuo e precisa ser considerado o contexto amplo, é preciso habilitar que os indivíduos retenham uma visão crítica da realidade que estão enfrentando, e precisa levar em conta que fora da dimensão educacional não se é possível construir reflexões, mudanças efetivas e propostas (LIMA, 1999; MEYER, 1991).

O campo da Educação Ambiental não é homogêneo, não possui uma concepção única, o campo educativo apresenta várias visões em disputa. Ou seja, podem ser apresentados direcionamentos mais emancipatórios, ou que sejam mais conservacionistas e opressores, vai depender de qual é o contexto, dos interesses, envolvidos e de suas perspectivas constituintes (LAYRARGUES; LIMA, 2014; BERTOLUCCI et al, 2005).

Entre as várias propostas, Sorrentino (1997) apresentou uma classificação da Educação Ambiental que envolve quatro correntes: a) Conservacionista; b) Educação ao ar livre; c) Gestão Ambiental; d) Economia Ecológica. Esse autor ainda sugere que: a primeira perspectiva está presente em países desenvolvidos, ganha impulso através da divulgação dos impactos na natureza, causados pelos modelos de desenvolvimento. A segunda perspectiva tinha adeptos entre a sociedade com os antigos naturalistas, escoteiros e participantes de grupos de caminhadas,

montanhismo, acampamento entre outros esportes de lazer junto com a natureza. A terceira tem suas raízes mais profundas na América Latina. No Brasil ganha impulso nos debates contra a poluição. Na quarta estão presente em duas vertentes que darão a tônica do movimento ambientalista (SORRENTINO, 1997, p.2)

Além da classificação de Sorrentino (1997) houve outro exemplo de classificação que foi apresentado por Layrargues e Lima (2014) qual foi denominada de “macrotendências político pedagógicas”, e é dividida em três macrotendências e os respectivos modelos políticos pedagógicos, **a) Conservacionista; b) Pragmática; c) Crítica.**

A macrotendência Conservacionista apresenta as seguintes características: tendência histórica, forte e bem consolidada; vinculada ao surgimento da discussão de EA e relacionada a conceitos da ecologia e da Alfabetização Ecológica; voltada a mudanças comportamentais individuais, de autoconhecimento e de atividades ao ar-livre; enaltecimento da dimensão afetiva e sentimental na relação com o meio natural; relativiza o antropocentrismo; relaciona a Educação Ambiental com ideias de biodiversidade, unidades de conservação, áreas verdes e ecoturismo; considerando apenas o viés ecológico da questão ambiental e a consideram um problema de reformulação e inovação tecnológica; crença de que os princípios do mercado são capazes de promover mudanças no sentido da sustentabilidade; distante das dinâmicas sociais e políticas; não questiona a estrutura social posta, focando apenas em mudanças pontuais e setoriais (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

A macrotendência Pragmática: derivação da macrotendência conservacionista, adaptada ao novo contexto social neoliberal; forte relação com o Desenvolvimento e Consumo Sustentável; relação com a ideia de economia de água e energia, mercado de carbono e diminuição da “pegada ecológica”; focada em mudanças tecnológicas; vê a natureza como conjunto de recursos naturais, não incluindo os seres humanos na concepção da mesma; foca no bom-senso dos indivíduos, para que as mudanças de seus hábitos sejam para o bem de todos; tendência de obtenção de certificações ambientais e mecanismos de desenvolvimento limpo e verde pelas empresas e indústrias; foco da Educação Ambiental em ser uma maneira de compensar os danos causados pela ideologia do sistema produtivo consumista; sustentada por reformas sociais setoriais. Sem questionamento dos fundamentos da crise socioambiental; representa uma forma de ajustamento da EA ao contexto neoliberal, que afeta a

criação das políticas públicas e o conjunto delas, inclusive as ambientais; ausência de reflexão pautada na crença ingênua da neutralidade da ciência; ambientalismo de resultados e ecologismo de mercado que provém do neoliberalismo; reduz as possibilidades de enfrentamento real da crise (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

E por sua vez, a macrotendência Crítica: proveniente das correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e do Processo de Gestão Ambiental (mas, segundo os autores, baseado na ideia de Quintas e Galda (1995) que dá prevalência à dimensão política da gestão ambiental); forte viés político; abarca conceitos como: Justiça ambiental, Emancipação, Cidadania e Democracia; revisão crítica das ideias que estabelecem a dominação dos seres humanos e do processo de acumulação do Capital dentro do sistema econômico vigente; busca enfrentamento da desigualdade socioambiental; procura politizar o debate ambiental; articula-se com o pensamento da complexidade, distanciando-se de soluções reducionistas para a problemática socioambiental; adiciona a discussão questões culturais; questiona as dualidades cartesianas postas como: natureza e cultura, indivíduo e sociedade, entre outras; crescente na última década (2000), principalmente no âmbito acadêmico; contra hegemônica (LAYRARGUES; LIMA, 2014)

Temos que ressaltar que as macrotendências não são excludentes entre si e comumente são encontradas juntas nas propostas e nas práticas da Educação Ambiental. Isso ocorre de um processo natural, pois a construção de tais ações se dá num campo de disputa de interesses e de visões.

Se pensarmos na Educação Ambiental como sendo um campo multifacetado, temos que lembrar a importância das propostas educacionais em se pautar no desenvolvimento da criticidade. Carvalho (2006, p.20) relatou que há uma “forte tendência em reconhecer o processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e de fazer alterações no atual quadro de degradação do meio ambiente com o qual nos depararmos”. Também existe o lado que chama a atenção para o fato de termos cuidados para não nos submeter aos documentos, leis e relatórios oficiais de maneira acrítica. Ainda de acordo com o autor:

Sem dúvida, aqueles que, por exemplo, vêm o processo educativo geral, ou a educação ambiental, de forma particular, como uma possibilidade de ajustar comportamentos individuais a padrões socialmente desejáveis, idealizarão

propostas educacionais com características muito diferentes daqueles que entendem ser a educação um caminho para mudanças mais profundas, um motor de transformações mais radicais na sociedade como um todo (CARVALHO, 2006 p. 22).

Sendo assim, a Educação Ambiental se apresenta em variadas concepções teóricas, a partir de leituras de mundo, considerando que a realidade social é mais do que a soma das realidades individuais, que buscam o alicerce em uma Educação Ambiental crítica que considera as diversas questões presentes no atual modelo de relação sociedade-natureza.

3.3 SALAS VERDES NO BRASIL

A Sala Verde é um projeto coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), e consiste em incentivar a implementação de espaços socioambientais, para que atuem como potenciais centros de informações e na formação ambiental.

O Projeto Sala Verde, possibilita a implementação de espaços que são dedicados para o desenvolvimento de atividades voltadas para a temática socioambiental. Sendo um lugar de diversas potencialidades, nos quais podem ser realizados cursos, programas de formação inicial e continuada, palestras, reuniões, campanhas, encontros, exposições entre outras atividades (BRASIL, 2021).

Cada Sala Verde é única, não tem um padrão pré-definido, sendo que cada uma delas possui o seu próprio Projeto Político Pedagógico (PPP). As instituições configuram a Sala Verde da sua maneira, levando em consideração a sua identidade institucional, potencialidades e as particularidades

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa buscou investigar quantas Salas Verdes existem no Estado do Paraná, quantas salas Verdes se localizam em universidades, as ações e propostas em relação as perspectivas da Educação Ambiental, por meio de uma abordagem de pesquisas qualitativa. Os autores Devechi e Trevisan (2010) mencionam que as pesquisas qualitativas surgiram devido alguns limites que foram apresentados nas pesquisas quantitativas, pois neste tipo de pesquisa tudo se explicava por meio de uso de medidas, de procedimentos estatísticos, testes padronizados e que eram codificados por sistemas numéricos. Estes autores preconizavam que o conhecimento correto era o científico aprovado, desmereciam qualquer outro tipo de conhecimento.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa surge para mostrar que os procedimentos matemáticos eram insuficientes para que se obtivesse entendimentos acerca da formação do sujeito social, que se relacionava com os outros e com o mundo (AMARAL, p.43, 2018).

A pesquisa qualitativa oportuniza ampliação das análises de dados, que os colocam em relação com os contextos históricos, sociais, culturais e entre outros, para que tenha a compreensão de um estudo, que não se apresentam como uma interpretação superficial da realidade (GIBBS, 2009).

De acordo com os autores Denzin e Lincoln (2006) a pesquisa qualitativa está associada a uma abordagem naturalista e interpretativa que permite que se estude os processos e os significados em termos sociais, apresentando algumas influências de intenções e de valores que são originados pelas próprias ações e no contexto que estamos inseridos.

Gibbs (2009) destacou que as abordagens qualitativas se desenvolveram a partir de duas atividades: a primeira é o desenvolvimento do tipo de dados que podem ser descritos, explicados e examinados, já a segunda atividade é o desenvolvimento de dados e a quantidade deles que serão examinados.

Foi realizada uma análise nos projetos com o propósito de analisar as práticas de Educação Ambiental e suas perspectivas. Ludke e André (1986) mencionam que a análise documental constitui uma técnica muito importante na abordagem

qualitativa, pois vem complementando informações que já foram obtidas por outras técnicas, vêm desvelando aspectos novos referentes ao tema ou problema.

De acordo com Godoy (1995) a análise documental é um procedimento de pesquisa que tem como propósito a investigação inerente, podendo ser utilizada como sendo uma técnica complementar, que vai validar e aprofundar dados que foram obtidos através de procedimentos como: entrevistas, questionários.

Junior (2021) menciona que para se realizar uma pesquisa científica tendo como fonte dados de vários documentos, se deve ter uma atenção especial para três aspectos: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a análise dos mesmos.

Para tanto a presente pesquisa desenvolveu os seguintes procedimentos:foi realizado um levantamento no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para saber qual é o número total de Salas Verdes presentes no Estado do Paraná, após ter realizado essa pesquisa, foi verificado quais dessas Salas Verdes estão localizadas em Instituições de Ensino Superior. Como tem algumas informações que não são encontradas no site do Ministério do Meio Ambiente, foi solicitado via e-mail, os Projetos Políticos Pedagógicos de cada Sala Verde ou projeto de registro na Instituição Para a realização desta pesquisa utilizamos algumas perguntas norteadoras:

- Quais ações estas Salas Verdes desenvolvem?
- Que atividades são desenvolvidas nessas Salas Verdes?
- De que Educação Ambiental esses projetos falam?

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), atualmente existem 640 instituições que participam do Programa Sala Verde, estão distribuídos em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. A maioria das Salas Verdes está localizada em prefeituras municipais, secretarias de educação, universidades e institutos federais (BRASIL, 2021).

A proposta da Sala Verde se inicia no período de 2000 e 2003 foram mapeadas 99 instituições que eram atendidas pelo programa da CID Ambiental (Centro de Informação e Documentação). Estas 99 instituições foram convidadas a participar e a conhecer um novo modelo de distribuição dos materiais. Através destas ações foram criadas as primeiras 45 Salas Verdes (BRASIL, 2021).

No decorrer do ano 2004, implementou-se a forma de adesão ao Projeto, para tanto, ocorreram algumas seleção das propostas, que foram orientadas pelo lançamento de um Manual do Processo Seletivo 01/2004 e por meio desse manual se definiu os requisitos que são essenciais à construção das Salas Verdes, tais requisitos são expostos no Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada Sala Verde que é enviado ao MMA nos períodos de seleção por meio da publicação do edital (BRASIL, 2021). No primeiro processo que ocorreu no ano de 2004, foram selecionadas 63 salas verdes, no ano de 2005 selecionou-se 79 Salas Verdes e no ano de 2006 foram 225 Salas Verdes, (Gráfico 1).

Gráfico 1: Número de Salas Verdes no Brasil e os anos em que essas foram selecionadas

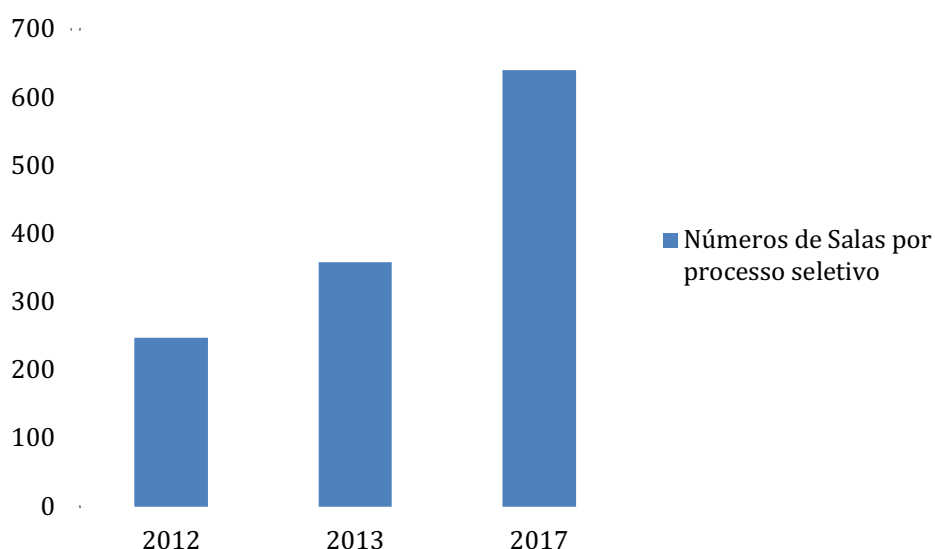


Fonte: Retirado do site Portal Salas Verdes, 2021.

No ano de 2012 foi feita uma atualização cadastral, sendo totalizadas 248 Salas Verdes. No ano de 2013 o Projeto apresentou uma nova chamada para a seleção de novas Salas Verdes, nessa seleção participaram 215 instituições, somente 110 conseguiram o cancelamento. E através de nova chamada se obteve o número de 358 Salas Verdes (BRASIL, 2021).

Em dezembro de 2017, o Ministério do Meio Ambiente lançou uma nova chamada para criação de novas Salas Verdes, nesta chamada foram recebidas 459 propostas de instituições, mas só foram escolhidas 320 para integrarem o Projeto Sala Verde, com esse valor totalizam-se hoje 640 Salas Verdes distribuídas em todo território brasileiro conforme figura 2 (BRASIL, 2021).

Gráfico 2: Número de Salas Verdes do Brasil e o ano que foram selecionadas para compõem o projeto



Fonte: Elaborado pela autora com base no site Portal Salas Verdes, 2022.

Foram encontradas no estado do Paraná, 41 Salas Verdes, o (Quadro 1) mostra dados disponibilizados pelo site do Ministério do Meio Ambiente, as seguintes informações demonstram a localização de cada Sala Verde no Estado do Paraná e onde as mesmas se fazem presentes, como: universidades, ONGs (Organizações não governamentais), Prefeitura, Bibliotecas e demais instituições.

Quadro 1. Salas Verdes localizadas no estado do Paraná.

Unidade gestora	Denominação	Município
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sala verde nas Ondas do Rio Iguaçu	Dois Vizinhos
Universidade Federal do Paraná – Setor Palotina	Sala Verde Palotina	Palotina
Universidade estadual de Londrina	Sala Verde Sibipiruna	Londrina
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná	espaço Verde - Ecocidadania-Gepea-bio-Unioeste	Cascavel
Seção Escoteira Autônoma do Ar Órion 352 PR	Sala Verde Londrina	Londrina
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal – Sema	Sala Maringá	Maringá
Secretaria Mun. do Meio Ambiente Nova Santa Rosa	Joía do Oeste	Nova Santa Rosa
Secretaria de Meio Ambiente – Cascavel- PR Educação Ambiental	Timburi	Cascavel
Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Apucarana	Defensores do Amanhã	Apucarana
Secretaria de Meio Ambiente – Prefeitura Municipal de Colombo-PR	Sala Verde Colombo	Colombo
Prefeitura Municipal de São Pedro do Iguaçu – Secretária de Educação, Cultura e Esporte	Espaço verde	São Pedro do Iguaçu
Prefeitura Municipal Mercedes	Construindo um Futuro Sustentável	Mercedes
Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste	Delfino Dias do Prado	Vera Cruz do Oeste
Prefeitura Municipal de Turvo – Paraná	Centro de Referência em Educação Ambiental e estudos para a conservação da biodiversidade – Sala Verde Turvo.	Turvo

Prefeitura Municipal de Sao Miguel do Iguaçu	Sala Verde	Sao Miguel do Iguaçu
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu	Espaço Verde STI	Santa Terezinha de Itaipu
Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste	Espaço Curupira	Santa Tereza do Oeste
Prefeitura Municipal de Santa Helena	Educação Ambiental em Ação	Santa Helena
Prefeitura Municipal de Palmas	Sala Verde - Ventos dos Campos de Palmas	Palmas
Prefeitura Municipal de Medianeira-PR	Ecovida	Medianeira
Prefeitura Municipal de Matelândia	Espaço Ambiental	Matelândia
Prefeitura Municipal de Maripá – Biblioteca Pública Cidadã P. Marlene Alenbrant	Biblioteca Pública Cidadã Professora Marlene Alembrant	Maripá
Prefeitura Municipal de Inajá	Sala Verde Municipal de Inajá	Inajá
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	Cuaa Renda	Foz do Iguaçu
Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste	a definir	Entre Rios do Oeste
Prefeitura Municipal de Altônia	Sala Verde Planeta Vivo / Centro de Educação Ambiental de Altônia (CEAA)	Altônia
Prefeitura Entre Rios do Oeste	Sala Verde	Entre Rios do Oeste
Prefeitura do município de Toledo PR	Centro de Educação Ambiental Cidadão Ambiental	Toledo
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Pucpr	Curitiba
Mae– Meio Ambiente Equilibrado	Peroba Rosa	Londrina
ICAB-Instituto da comunidade afro brasileira	Radio Cidade Industrial-Vila Verde	Curitiba

Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná – FACOP	Sala Verde Juliana Wille	Almirante Tamandaré
Fundação Assistencial de Defesa e da Dignidade Humana FADDHA	Sala verde- Amigos da Terra	Curitiba
Escola Parque	Escola Parque	Foz do Iguaçu
Cocam – Cooperativa Escola dos Alunos do Colégio Agrícola de Cambará	Sala Verde Defensores da Natureza: Antonio Cornas e João Scandolo	Cambará
Consórcio Intermunicipal Para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência/CORIPA	Rede Gaia	Icaraíma
Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena	Agrícola Verde	Foz do Iguaçu
Biblioteca Pública/Cidadã Professora Marlene Alenbrant	Sala Verde da Biblioteca Pública Cidadã de Maripá	Maripá
Biblioteca Cidadã	Construindo um Futuro Sustentável	Mercedes
Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e RM – APAVE	Sala Verde da APAVE	Curitiba
Amapa do Passaúna	Conscientizar & Educar	Campo Magro

Fonte: BRASIL (2021).

No quadro anterior (Quadro 1), é possível observar a grande variedade de unidades gestoras que o projeto contempla.

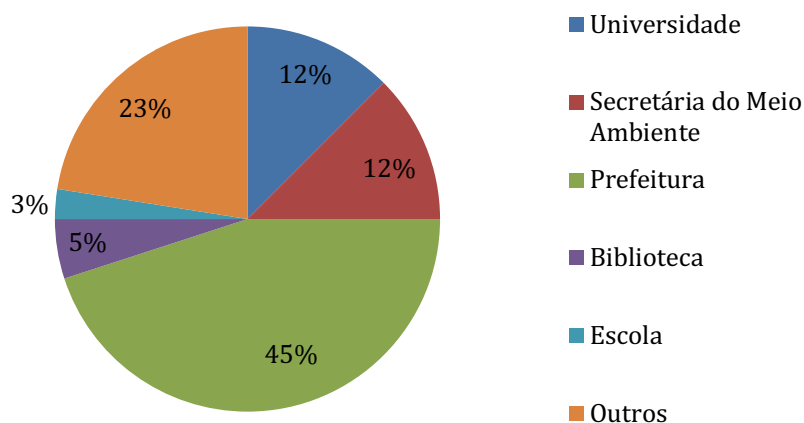
Após o levantamento de todas as Salas Verdes aqui apresentadas, a pesquisa em foco voltou-se para a busca das Salas Verdes que se localizam em universidades. Assim sendo, o resultado da busca realizada no site do Ministério do Meio Ambiente é apresentado abaixo (Quadro 2).

Quadro 2: Salas Verdes do Estado do Paraná, localizada em universidades.

Unidade Gestora	Denominação	Município
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sala Verde nas Ondas do Rio Iguaçu	Dois Vizinhos
Universidade Federal do Paraná – Setor Palotina	Sala Verde Palotina	Palotina
Universidade estadual de londrina	Sala Verde Sibipiruna	Londrina
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Espaço verde - ecocidadania-Gepea-Bio-Unioeste	Cascavel
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUCPR	Curitiba

Fonte: BRASIL (2021)

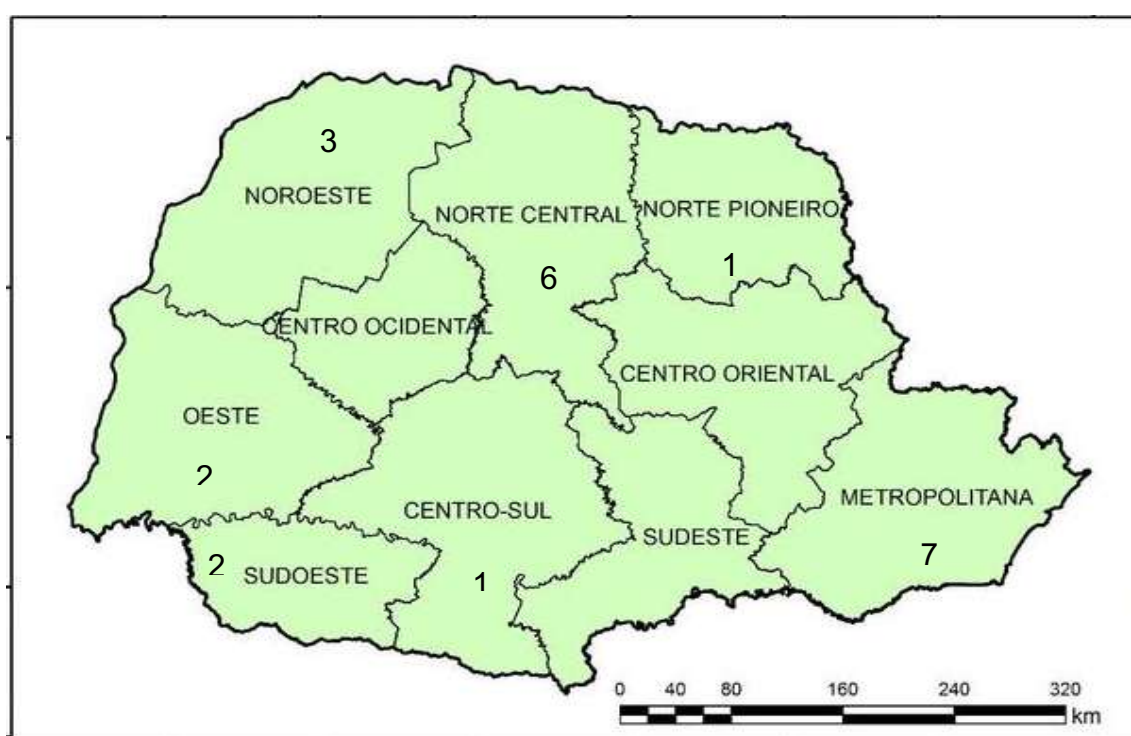
Segundo o próprio site do Ministério do Meio Ambiente, o Estado do Paraná conta com cinco Salas Verdes que estão instaladas em Universidades. Observa-se então que, em comparação aos demais órgãos gestores, o número de universidades executoras do projeto é relativamente baixo no Estado, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3: Unidades Gestoras que contemplam o Projeto Sala Verde

Fonte: Elaborada pela autora, com base em dados do Projeto Sala Verde 2022

O gráfico a cima mostra a distribuição das Salas Verdes entre as unidades gestoras que compõem o projeto, a unidade gestora que mais se apresentam Salas Verdes são as Prefeituras Municipais com 45 %, em seguida se encontram outros (associações, cooperativas etc.) com 23 %, universidades e secretárias do Meio Ambiente com 12 %, biblioteca com 5% e escola com 3 %. Mas por que a unidade gestora que mais apresentam as Salas Verdes são as Prefeituras Municipais, será que é pelo fato que tem que fiscalizar as áreas de reflorestamento, unidades de conservação.

Figura 1: Mapa do Paraná com as macrorregiões que localizam as Salas Verdes.



Fonte: autoria própria 2022

O mapa acima mostra a quantidade de Salas Verdes por macrorregiões paranaenses, a macrorregião que mais apresenta Salas Verdes é a macrorregião Oeste, mas por que ela se destaca mais que as demais? Será que é por causa da Itaipu, Foz do Iguaçu, pelo Parque Nacional do Iguaçu, de muitas áreas de conservação.

Após essa constatação, solicitamos via e-mail para essas Salas Verdes o envio dos projetos para análise e em seguida realizou-se uma análise documental nos Projetos Políticos Pedagógicos e nos Projetos que foram desenvolvidos nas cinco Salas Verdes existentes no Estado do Paraná (Quadro 3). Na presente investigação,

foi buscado quantas vezes o termo Educação Ambiental foi citado no decorrer do projeto.

Quadro 3. Quantidade que o termo Educação Ambiental foi citado nos PPPS e nos Projetos das Salas Verdes.

	PPP-UEL	PPP-UNIOESTE	PROJETO-UFPR	PPP-UTFPR	PROJETO-PUCPR	Total
Educação Ambiental	14	16	35	44	20	129

Fonte: autoria própria (2021)

No quadro 3, é possível observar que o termo Educação Ambiental presente nos Projetos Políticos Pedagógicos e nos Projeto aparecem em um total de 129 vezes, sendo destas 14 da PPP- UEL, 16 PPP- UNIOESTE, 35 PROJETO- UFPR, 44 PPP- UTFPR, e 20 vezes no PROJETO-PUCPR.

Os eixos nos quais a Educação Ambiental é trabalhada dentro de cada local gestor, seja ela formal, informal ou não formal (Quadro 4).

Quadro 4: Eixos da Educação Ambiental

	UEL	UNIOESTE	UFPR	UTFPR	PUCPR
Eixos de atuação da Educação Ambiental	- Formal - Não formal	- Formal -Não formal -Informal	- Formal -Não formal	- Formal -Não formal - Informal	- Formal -Não formal

Fonte: autoria própria, (2021).

De acordo com o Quadro 4, todas as universidades do Estado do Paraná que possuem Sala Verde a desenvolvem no eixo formal e não formal, já a UNIOESTE e UTFPR contemplam os três diferentes eixos em suas atividades: formal, não-formal e informal.

Por meio destes resultados, identificou-se dados substanciais selecionados como excertos de interesse para análise dos resultados e as discussões da presente pesquisa. O excerto abaixo corresponde a perspectiva crítica de Educação Ambiental

que de acordo com os autores Layrargues e Lima (2014) é proveniente das correntes da Educação Ambiental emancipatória, transformadora e que buscam o enfrentamento da desigualdade socioambiental. Vejamos:

Neste projeto, faz-se necessário a utilização de multimodos de representação durante as atividades de Educação Ambiental, para oportunizar maior pluralidade metodológica na busca por uma aprendizagem significativa que promova mudanças de atitudes frente as questões ambientais, contemplando um maior número de alunos dentro da sala de aula (PPP UNIOESTE, 2012, 3).

O excerto abaixo foi retirado do PPP da UNIOESTE pertencente a macrotendência Crítica. Vejamos:

Promover um ambiente de construção e troca de saberes para o desenvolvimento coletivo e participativo de atividades de Educação Ambiental na Bacia do Paraná 3 que busque sanar conflitos ambientais, (PPP UNIOESTE, 2012,9)

Loureiro (2004) comenta que na perspectiva crítica da Educação Ambiental, as degradações das condições de sustentação da vida planetária devem-se ao conjunto de variáveis com conexão com as bases sócias, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais que conformam a sociedade contemporânea.

Para os autores Acsehrad et al (2004) temos que avança na compreensão da relação que existe entre a desigualdade na exposição dos riscos ambientais a justiça social. Para isso precisamos reconhecer o patrimônio natural como coletivo, que deve ser gerido na forma sustentável e democrática. Ainda o autor menciona que a condição da existência coletiva das sociedades desiguais se operam mecanismos sociopolíticos na qual se destina uma maior carga dos danos causados ao meio ambiente a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados entre outros.

O excerto abaixo foi retirado do Projeto Político Pedagógico da UEL, correspondendo a macrotendência Crítica com práticas que buscam alcançar a participação e democracia, vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização de uma dimensão afetiva em relação com a natureza, na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente.

O projeto fundamenta-se nos princípios da interdisciplinaridade, da visão holística e democrática, assim como da valorização de diferentes concepções

pedagógicas da Educação Ambiental (BRASIL, 1999) e, no largo espectro de recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, seleciona-se, para linhas mestras de atuação, o: Art. 17. [...] III- promover: [...]. c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes [e as comunidades] se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania (PPP UEL, 2017, 6).

O projeto político pedagógico da UTFPR mostra que a maior parte dos excertos que mencionam a Educação Ambiental são da perspectiva crítica, por exemplo:

Uma visão ingênua em relação aos processos educativos voltados para a temática ambiental pode reforçar a maquiagem verde (BRASIL, 2017, s/p), em que o custo socioambiental está camuflado, como, por exemplo, nas campanhas de reciclagem. Camargo (2016, p.40) nos faz um alerta referente a tais intenções mascaradas: “precisamos caminhar na direção de uma superação da alienação e dos olhares ingênuos e generalistas” quando nos colocamos a pensar e fazer Educação Ambiental em uma perspectiva crítica. (PPP-UTFPR, 2018p.6).

Nesse sentido, a Educação Ambiental surge para promover uma reflexão sobre as relações entre sociedade-natureza, adotando posturas éticas e coletivas para a construção de um ambiente mais equilibrado. Sendo necessário não apenas passar/repassar informações, mas construir e (re)construir ações individuais/coletivas que questionem nossos valores éticos/estéticos e posicionamentos políticos acerca dessa questão. (PPP-UTFPR, 2018, p.6).

Segundo os autores Layrargues e Lima (2014) quando nos referimos a perspectiva crítica, a mesma se articula com o pensamento de complexidade e acaba se afastando das soluções reducionistas para a problemática socioambiental, já Loureiro (2007) menciona que essa perspectiva se preocupa com os questionamentos socioambientais em suas ações e nas suas discussões.

Os excertos abaixo mostram a perspectiva crítica sendo desenvolvida em ações da UFPR:

Formação em educação ambiental – cursos, eventos, campanhas e oficinas de educação ambiental serão implementados a curto prazo abordando temáticas como resíduos, recursos hídricos, biodiversidade, áreas verdes, hortas orgânicas e/ou outras que tenham relação com a problemática ambiental local. Os cursos serão oferecidos em diferentes módulos,

versões, períodos e serão ministrados por professores da UFPR, técnicos graduandos e pós-graduandos com experiência na temática. Indicador: número de ações oferecidas por ano (PROJETO UFPR, 2018, 4).

Ampliação das iniciativas em educação ambiental no município– parcerias tanto dentro da UFPR-setor Palotina e da universidade com outras instituições serão intensificadas a curto, médio e longo prazo. Espera-se que a divulgação do projeto sala verde no município acarrete no aumento da demanda e procura tanto por organizações locais como cidadãos para que se engajem na construção de um município mais sustentável (PROJETO UFPR, 2018, 4).

Tais excertos supracitados corroboram com o mencionado por Loureiro (2008) que diz que esta perspectiva visa superar a responsabilização individual e os sujeitos buscam a transformação social.

A seguir são apresentadas figuras de algumas ações desenvolvidas pelas Salas Verdes, incluídas na presente pesquisa. A oficina realizada aconteceu em São Roque, no Distrito de Santa Helena, teve como meta a discussão acerca do descarte correto dos resíduos (Figura 2).

Figura 2: Desenvolvimento da oficina ReCiCLE com a utilização de multimodos de representação, Sala Verde UNIOESTE.



Figura 3. Destinação dos resíduos, Sala Verde UNIOESTE.



Fonte: UNIOESTE,2012

As figuras 4 e 5 representam oficinas de Educação Ambiental que foram realizadas com grupos vulneráveis, nesse caso em aldeias indígenas no município de Diamante do Oeste – PR.

Figura 4. Oficinas de Educação Ambiental na Aldeia Tekoha Anetete, UNIOESTE.



Fonte: UNIOESTE,2012

Figura 5. Oficinas de Educação Ambiental e Contação de Estórias na Aldeia Tekohaltamarã, UNIOESTE.



Fonte:

UNIOESTE, 2012

As figuras 6 e 7 representam ações desenvolvidas pela Sala Verde da UEL:

Figura 6. *Desafios para o combate à Dengue: a escola como espaço de experiência*, Sala Verde UEL.

 **salaverdesibipiruna** ⋮

**SALA VERDE SIBIPIRUNA CONVIDA A COMUNIDADE
PARA O CURSO:
Desafios para o combate à Dengue: a
escola como espaço de experiências**

Encontros síncronos e assíncronos, envolvendo estratégias de combate ao *Aedes aegypti*, por meio de comunidades de aprendizagem, com objetivo de formar multiplicadores para o controle da Dengue.

Carga horária: 40 horas | Curso de capacitação à distância



APOIO



Programa Nacional de Inovação em Tecnologias Digitais

REALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



sibipiruna
sala verde



Fonte: UEL 2021.

O curso realizado na UEL no ano de 2021, foi dividido em três módulos, foi totalmente remoto, por meio da comunidade, formar multiplicadores do conhecimento sobre a tríade, qual é o vetor e o vírus causador da Dengue e quais são as formas de prevenção.

Figura 7. Educar ambientalmente é uma forma de transformação social, UEL.



Fonte: UEL 2021.

O décimo circuito Sala Verde, teve como tema: as queimadas é uma iniciativa de Educação Ambiental, que visa na veiculação de materiais educativos e conscientizadores para os jovens.

Figura 8: Bate papo do Projeto: “Técnicas de Vermicompostagem e Educação Ambiental para promover cidades e comunidades sustentáveis”. UEL.



Fonte: UEL 2021.

O bate papo foi realizado pela UTFPR e pela Curitiba Lixo Zero, sobre os resíduos recicláveis e os rejeitos tiveram como foco as boas práticas da separação do lixo, pois fazer a separação correta dos resíduos é um passo muito importante para a obtenção dos resíduos orgânicos limpos para a sua compostagem. Para Amaral (2018) a perspectiva pragmática está conectada a economia da água e energia, reciclagem, reaproveitamento, coleta seletiva.

Por fim, as figuras a seguir são imagens das ações de Educação Ambiental desenvolvidas pela Sala Verde da UTFPR – Dois Vizinhos:

Figura 9. Inauguração da mandala sensorial da UTFPR- Campus Dois Vizinhos para os trabalhos realizados com pessoas que possuem necessidades especiais, Sala Verde UTFPR-DV



Fonte: UTFPR 2018

No dia 18 de novembro de 2018 aconteceu à inauguração da Mandala Sensorial na UTFPR campus Dois Vizinhos, foi um momento muito especial para os alunos da APAE, pois com ajuda das pessoas que organizaram a mandala, eles conseguiram tocar, sentir os cheiros das plantas, este trabalho contou com a participação da equipe do Projeto Sala Verde e dos alunos que estavam cursando a disciplina de Educação Ambiental.

Figura 10. Palestra e roda de conversa sobre Educação Ambiental e Agroecologia



Fonte: UTFPR, 2021

Figura 11. Ação online com a equipe pedagógica da escola do Acampamento Dom TOMÁS Balduino- Quedas do Iguaçu



Fonte: UTFPR, 2021

No ano de 2021 aconteceu na Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Dois Vizinhos, o círculo de Seminários do Projeto Sala Verde, contou com diversas palestras, a seguir algumas imagens do Círculo de Seminários

Figura 12. Palestra “Educação Ambiental contextualizada para Bioma Caatinga e Semiárido.



Fonte: UTFPR, 2020

Figura 13. Palestra: Desafios e conflitos socioambientais de correntes da implantação de reforma agrária sob mediação de Educação Ambiental



Fonte: UTFPR 2020

Figura 14. Palestra: Análise de livros didáticos acerca do tema mudanças climáticas



Fonte: UTFPR, 2020

Figura 15. Palestra A atuação do educador ambiental em parques e apas




salaverdeutfprdv

PROJETO SALA VERDE APRESENTA:

A ATUAÇÃO DO EDUCADOR AMBIENTAL EM PARQUES E APAS

PALESTRANTE DO DIA:
Thais Gomes Amaral- Graduanda em Biologia.



Dia 08/10 as 19h00min

Fonte: UTFPR, 2020.

Figura 16. Palestra: Cegueira Botânica




salaverdeutfprdv

PROJETO SALA VERDE APRESENTA:

CEGUEIRA BOTÂNICA

PALESTRANTES DO DIA:
Dra. Daniela Macedo- Doutora em Ciências (Agronomia - Produção Vegetal) atua na UTFPR-DV.
Dra. Daniela Estevan - Doutora em Agronomia, atua na UTFPR-DV.



Dia 17/09 as 19h00min

Fonte: UTFPR, 2020

Figura 17. Semana do Meio Ambiente



Fonte: UTFPR, 2021

Figura 18. Projetos e programas propostos na Universidade e na comunidade de forma interdisciplinar.



Fonte: UTFPR (2018).

Estes projetos e programas promovem a formação de educadores ambientais, para que eles possam atuar em espaços formais, não formais e informais para além dos muros da instituição

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar a existências de ações, práticas, e que estas se tratavam na sua maioria de uma abordagem Crítica, através de dados que foram levantados a partir da análise documental feita nos Projetos Políticos Pedagógicos, revelou uma pequena presença da perspectiva conservacionista e outra parcela bem baixa trata-se da perspectiva pragmática.

A partir da análise no número de distribuição do Projeto Sala Verde no Estado do Paraná, revelou que ainda é muita baixa a instalação deste projeto em universidades em relação das demais unidades gestoras. Isso mostra que precisam ser divulgado este projeto em universidades.

Ressaltamos que os apontamentos e as reflexões que foram elaborados nesta pesquisa não têm a pretensão de serem conclusivas, buscou compreender através da leitura dos PPPs e de imagens publicadas em redes sociais de qual maneira é trabalhada a Educação Ambiental nas Salas Verdes no Estado do Paraná. A partir do referencial teórico sabemos que as Políticas públicas apresentam uma profunda relação com a questão social, pois visam atender, por meio de programas e de projetos, às necessidades diagnosticadas, podendo gerar mudanças reais e benefícios à sociedade. Com base nisso e considerando as cinco Salas Verdes estudadas, foram encontradas evidências e informações acerca de como se dá o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental nos espaços.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD et al. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004

ALMEIDA, V.S. Estágio supervisionado com enfoque na Educação Ambiental: perspectivas de uma sala verde. 2018. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - Rio de Janeiro. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/2786>

AMARAL, A.Q. Panorama histórico da Temática Ambiental e Educação Ambiental: um campo em constante (re)construção
 Historical panorama of Environmental Thematic and Environmental Education: a field in constant (re) construction
 Panorama histórico de la temática am. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 248–271, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v35i2.7800>

BEHREND, D. M.; COUSIN, C. S.; GALIAZZI, M. C. Base Nacional Comum Curricular: O que se mostra de referência à Educação Ambiental? Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental. Rio Grande, RS, v. 23, n. 2, p. 74-89, 2018.

BERNARDES, M. B. J.; PRIETO, E. C. Educação Ambiental: Disciplina Versus Tema jan./jul., 2010. Transversal. Revista Eletrônica de Mestrado em Educação. Rio Grande do Sul, v. 24,

BERTOLUCCI et al. Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 15, 2005.

BOTELHO, J. M. L.; COUTO, B. A.; MASI, S. D. Educação ambiental e teoria crítica da educação: algumas considerações pertinentes. Rev. Int. Investig. Cienc. Soc. Assunção, Paraguai. v. 10, n. 1, p. 75-90, jul. 2014.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC. Nuances: Estudos sobre Educação. Presidente Prudente, v. 29, n. 1, p. 185-203, jan./abr., 2018.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 22 de abril de 2021

BRASIL. Lei Federal no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_225_.asp. Acesso em: 22 de abril de 2021

BRASIL. Lei Federal no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental. Projeto Sala Verde Disponível em <http://salasverdes.mma.gov.br>. Acesso: 10 junho de 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Cadernos SECAD 1. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. Educação Ambiental por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais e Normativos. Brasília: 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

CAMARGO, D. R. de. Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica em educação ambiental no Brasil: um estudo a partir de teses e dissertações. 197 folhas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2016.

Carta de Belgrado. UNESCO/PNUMA. Seminário internacional de Educación Ambiental: Belgrado, Yugoslavia, 13-22 de octubre, 1975. Paris, 1977.

CARVALHO, L. M. A Temática Ambiental e a Escola de 1º. grau. 282 folhas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1989.

CARVALHO, L.M. Educação Ambiental e a Formação de Professores. In: OFICINA PANORAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL, 2000, Brasília. Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 2000. v. 1, p. 55-64.

CARVALHO, L. M. A Temática Ambiental e o Processo Educativo: dimensões e abordagens. IN CINQUETTI, H. S; LOGAREZZI, A. Consumo e Resíduos - Fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos, EdUFSCar, p 19-41, 2006.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Artmed, 2006.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 148-161, 2010.

FONTAN, I. C. I.; CARVALHO, A. H. O.; GUIMARÃES, E. C. S. Relatos de experiência: a Sala Verde Caparaó e a Educação Ambiental não formal. **UNIFESO- Humanas e Sociais**, v. 3, n. 03, 2016.

FRACALANZA, Hilário et al. A educação ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica. **Ciências em foco**, v. 1, n. 1, 2008.

FRIZZO, T. C. E.; CARVALHO, I. C. M. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental*. Rio Grande do Sul, n. 1, p. 115-127, 2018.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, SP, v. 26, n. 2, 1995

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. ANÁLISE DOCUMENTAL COMO PERCURSO METODOLÓGICO NA PESQUISA QUALITATIVA. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 23–40, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2014000100003>.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, G. F. C. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.2, 1999.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. *Educação e Pesquisa*, v. 35, p. 145-163, 2009.

LOPES, F. N. Educação Ambiental em Salas Verdes no Estado de São Paulo, 2021

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, v. 11, n. 2, 2008.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2004

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental Crítica: Contribuições e desafios. In: *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral da Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012

MAGACHO, L. N.; **Pesquisa em educação ambiental e movimentos sociais: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras**. Dissertação de Mestrado em Educação-IBRC; Rio Claro; p.145.2017

MEYER, Mónica. Educação ambiental: uma proposta pedagógica. *Em aberto*, v. 10, n. 49, 1991.

MIOTTO, H.S.; GONÇALVES, R.C.; DINARDI, A.J.A Inserção da Educação Ambiental nos Documentos que Norteiam os Diferentes Níveis de Formação. Rio Grande do Sul: **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, n. 1, p. 295-307, 2018

MORALES, A.G.M. Cenário da Educação Ambiental na atualidade: processo de institucionalização da Educação Ambiental. Curitiba: SEED, 2008.

OLIVEIRA, Elaine Toná De; ROYER, Marcia Regina. A Educação Ambiental no contexto da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. **Interfaces da Educação**, [s. l.], v. 10, p. 57-78, 2019. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3717/3457>.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. Brasiliense, 2017.

SANTINELO, P. C. C.; ROYER, M. R.; ZANATTA, S. C. A Educação Ambiental no Contexto Preliminar da Base Nacional Comum Curricular. *Pedagogia em Foco*. Iturama (MG), v. 11, n. 6, p. 104-115, jul./dez. 2016.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil. In: QUINTAS, J. S. (Org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ibama, 2006.

SORRENTINO, Marcos. Vinte anos de Tbilisi, cinco anos da Rio 92. A Educação Ambiental no Brasil. "Debates Sócio Ambientais". Equipe de Meio Ambiente e Cidadania do Cedec, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Ano II -Nº7, 1997.

TONSO, S; WUTZKI, N. C. A Educação Ambiental e a 2ª versão preliminar da Base Nacional Curricular Comum (BNCC): uma reflexão sobre a área de Ciências da Natureza. In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Anais... Florianópolis: UFSC, 2017, p.1-9.